

Relatório & Contas

2023/2024



RELATÓRIO DE GESTÃO ÉPOCA DESPORTIVA 2023/2024

1. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO

O Conselho de Administração da AVS - Futebol, SAD, com sede na Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265, na Vila das Aves, vem cumprir o dever de prestação de informação de natureza económica e financeira, relativa ao exercício económico da época desportiva 2023/2024 ou seja no período compreendido entre 01 de julho 2023 e 30 de junho de 2024.

O presente documento foi elaborado de acordo com o quadro normativo vigente, nomeadamente o disposto no Código das Sociedades Comerciais e nas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro previstas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

2. EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DESPORTIVA

A época que terminou a 30 de Junho de 2024 fica marcada pela ascensão histórica do AVS ao principal escalão do futebol português.

Esta foi uma temporada de renovação, onde pela primeira vez a sociedade conseguiu jogar num estádio que se tornou a sua fortaleza. Foi o início de uma nova história e de um novo capítulo onde existe a alteração da dominação social e do estádio para disputar os jogos na condição de visitado. Além disso, foram criadas melhorias nas infraestruturas nomeadamente, relvado, bancadas, balneários, zona de catering e até mesmo no local de treino em parcerias com entidades locais.

A sociedade participou pela quinta época consecutiva na segunda competição mais importante de Portugal, sendo que na época 24/25 irá disputar a Liga Betclic pela primeira vez.

Na Liga SABSEG, terminou em 3.º lugar, com um total de 64 pontos obtidos, fruto de 20 vitórias, 4 empates e 10 derrotas. Com este lugar assegurou o Playoff de subida de divisão, contra o 16º classificado da primeira liga, Portimonense SC. No conjunto dos dois jogos, o AVS ganhou os dois num total de 4 golos marcados e dois sofridos.

Adicionalmente à Liga SABSEG, a sociedade também participou na Taça de Portugal, e na Taça da Liga. Na Taça de Portugal, o AVS participou na 2ª Eliminatória e 3ª Eliminatória. Na 2ª Eliminatória venceu o Louletano DC, enquanto na 3ª perdeu com o Duminense CJP II, terminando assim a sua participação nesta prova. Na taça da Liga, atingiu a 3ª eliminatória, ou seja a fase de grupos onde disputou jogos contra o SL Benfica e o FC Arouca, ambas equipas da primeira liga. Antes eliminou duas equipas também do principal escalão português, o FC Vizela e o GD Chaves. Na época 24/25 a AVS Futebol SAD irá disputar apenas a Taça Portugal.

AVS FUTEBOL, SAD

Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265

4795-080 Vila das Aves

NIPC 510 779 301

comunicacao@avsfutsad.pt

AVS Futebol, SAD

Relativamente à formação, a categoria de Sub-19 participou no Campeonato Nacional da 2ª Divisão, destacamos esta participação pela sua relevância no panorama futebolístico nacional. Para esta Sociedade é importante manter equipas a disputar todos os escalões das competições de Futebol de Formação, no âmbito da Federação Portuguesa de Futebol e dispor de uma Academia dirigida ao Futebol. Foram várias as equipas que tiveram sucesso desportivo ao conseguir subir de divisão na Associação Futebol do Porto. No total, são 152 atletas federados referentes a todos os escalões da formação que juntamente com elementos técnicos, médicos e administrativos totalizam mais de 200 pessoas.

A valorização nos aspetos técnico-táticos, físicos e sociais de jogadores e técnicos, está sempre presente nos objetivos desta Sociedade Desportiva.

3. ACTIVIDADE ECONÓMICA

3.1 – Enquadramento económico

3.1.1 - A Nível internacional

O crescimento global de 3,1% em 2023, está projetado em 3,2% em 2024 e 3,3% em 2025, abaixo da média histórica (2000–19) de 3,8%, com taxas diretoras elevadas dos bancos centrais para combater a inflação, com uma retirada do apoio fiscal, num contexto de dívida elevada que pesa sobre a atividade económica e baixa produtividade subjacente.

A recuperação económica global da pandemia da COVID-19, a invasão da Ucrânia pela Rússia e a crise do custo de vida estão a revelar-se surpreendentemente resilientes. A inflação está a cair mais rapidamente do que o esperado desde o seu pico de 2022, com um impacto menor do que o esperado no emprego e na atividade, refletindo a evolução favorável do lado da oferta e a restritividade por parte dos bancos centrais, que mantiveram ancoradas as expectativas de inflação. Ao mesmo tempo, as elevadas taxas de juro destinadas a combater a inflação e a retirada do apoio orçamental num contexto de dívida elevada deverão pesar sobre o crescimento.

O crescimento económico terá sido mais forte do que o esperado no segundo semestre de 2023 nos Estados Unidos e em vários grandes mercados emergentes e economias em desenvolvimento. Em vários casos, a despesa pública e privada contribuiu para a recuperação, com os ganhos de rendimento disponível real a apoiarem o consumo num contexto de mercados de trabalho ainda retraídos e as famílias a recorrerem às suas poupanças acumuladas na era da pandemia.

A inflação está a cair mais rapidamente do que o esperado na maioria das regiões, num contexto de resolução de questões do lado da oferta e de uma política monetária restritiva. Para reduzir a inflação, os principais bancos centrais aumentaram as taxas de juro para níveis restritivos em 2023, resultando em elevados custos hipotecários, desafios para as empresas no refinanciamento das suas dívidas, menor disponibilidade de crédito e menor investimento empresarial e residencial. Os custos dos empréstimos de longo prazo permanecem elevados tanto nos países avançados e

AVS FUTEBOL, SAD

Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265

4795-080 Vila das Aves

NIPC 510 779 301

comunicacao@avsfsad.pt

AVS Futebol, SAD

economias de mercados emergentes e em desenvolvimento, em parte porque a dívida pública tem aumentado.

Os governos das economias avançadas flexibilizaram a política fiscal em 2023. Os Estados Unidos, onde o PIB já tinha ultrapassado a trajetória pré-pandemia, flexibilizaram mais a política do que a área do euro e outras economias nas quais a recuperação foi incompleta. No mercado emergente e economias em desenvolvimento, nas quais a produção caiu, em média, abaixo do nível pré-pandemia, estima-se que, em média, a orientação orçamental tenha sido neutra. As exceções incluem o Brasil e a Ásia, onde a política fiscal foi flexibilizada em 2023.

O comércio global tem sido apoiado pela resolução de factores pós-pandemia que pesaram sobre o comércio no ano passado, como a redução dos inventários acumulados pelas empresas em 2022. No entanto, existem riscos descendentes para esta normalização do crescimento do comércio, uma vez que algumas companhias marítimas têm suspensos os serviços através do Mar Vermelho e do Canal de Suez após ataques a navios de carga. Os prazos de entrega estão a aumentar à medida que os navios são redirecionados em torno do Cabo da Boa Esperança, enquanto as taxas spot para o transporte de contentores aumentaram, especialmente entre a China e a Europa.

Também se concretizou uma expansão do lado da oferta, com um aumento generalizado da participação da força de trabalho, a resolução dos problemas da cadeia de abastecimento da era pandémica e a diminuição dos prazos de entrega. A dinâmica crescente não se fez sentir em todos os lugares, com um crescimento notavelmente moderado na área do euro, refletindo o fraco sentimento dos consumidores, os efeitos persistentes dos preços elevados da energia e fraqueza no investimento industrial e empresarial sensível às taxas de juro.

As economias de baixo rendimento continuam a registar grandes perdas de produção em comparação com o período pré-pandemia (2017–19) num contexto de custos de financiamento elevados.

(Fonte: IMF, World Economic Outlook, Relatórios BCE e BP)

3.1.2 - A nível nacional

A economia portuguesa cresceu 2,3% em 2023, projetando-se um abrandamento em 2024, para 1,6%, e uma recuperação do crescimento nos anos seguintes, para 2,1%, em 2025 e 2,2% em 2026. A inflação manterá uma trajetória descendente, com a variação anual do IHPC a reduzir-se de 5,3% em 2023, para 2,6% em 2024 e 2,0% em 2025–26.

A evolução recente da atividade reflete a fraqueza da procura externa, os efeitos cumulativos da inflação e a maior restritividade da política monetária, que se transmitiu às condições de financiamento dos agentes económicos. A subida de taxas de juro tem um impacto negativo mais rápido no setor industrial, com os serviços a evidenciarem maior resiliência. Esta resiliência dos

AVS FUTEBOL, SAD

Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265

4795-080 Vila das Aves

NIPC 510 779 301

comunicacao@avsfutsad.pt

AVS Futebol, SAD

serviços tem suportado a manutenção de uma situação favorável no mercado de trabalho, não obstante algum abrandamento recente do emprego.

O excedente orçamental em 2023 possa atingir 1,2% do PIB, acima dos 0,8% previstos no Orçamento do Estado para 2024, a melhoria do saldo decorre do desaparecimento das medidas relacionadas com a pandemia e, em menor medida, do contributo positivo cíclico.

A inflação reduziu para 2,6% no último trimestre de 2023, refletindo a repercussão nos preços no consumidor da redução de custos de produção na sequência da reversão de choques adversos sobre a oferta, bem como uma efetiva transmissão da política monetária. Os inquéritos de conjuntura às empresas sinalizam uma diminuição das pressões da procura.

O crescimento do investimento reduziu-se em 2023, mas deverá recuperar em 2024–26, sob o impulso da melhoria gradual do enquadramento macrofinanceiro e de maiores entradas de fundos da UE. A evolução recente terá sido condicionada pelas taxas de juro mais elevadas e pela estagnação da atividade interna e externa. gradual dos efeitos da restritividade da política monetária.

Após um crescimento elevado, que refletiu ainda a recuperação pós-pandemia do turismo, as exportações de bens terão registado uma queda em 2023, acompanhando a fraqueza da procura dos principais parceiros comerciais. Os ganhos de quota nos últimos anos foram relativamente abrangentes, mas destaca-se o desempenho do turismo e de alguns setores de maior valor acrescentado.

As exportações portuguesas de bens e serviços registaram um crescimento real superior ao da procura externa em 2021–22 e no primeiro semestre de 2023. Este desempenho favorável prolonga a tendência de ganhos de quota observada desde 2016, apenas interrompida pelo choque pandémico em 2020.

As importações crescem em linha com a procura global ponderada pelo conteúdo importado, tendo em conta os padrões médios do passado. A balança de bens e serviços volta a apresentar um excedente em 2023, após os défices em 2020–22, refletindo um efeito de volume positivo nos fluxos de turismo e uma recuperação dos termos de troca associada à redução dos preços das matérias-primas energéticas.

A melhoria do saldo da balança corrente e de capital em 2023 reflete também a evolução da balança de capital. Esta balança beneficia do aumento das transferências líquidas de fundos no âmbito do PRR, Plano de Recuperação e Resiliência, e do atual programa de fundos comunitários, de 1,7% do PIB em 2023 para 2,4% em 2026 (1% em 2015–19, em média). Estes desenvolvimentos deverão contribuir para a manutenção da trajetória de redução da posição devedora face ao exterior.

AVS FUTEBOL, SAD

Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265

4795-080 Vila das Aves

NIPC 510 779 301

comunicacao@avsfsad.pt

AVS Futebol, SAD

Em 2023, o emprego permaneceu resiliente, embora com indicações de abrandamento na segunda metade do ano. Nos inquéritos de conjuntura, os empresários reportaram uma redução das expectativas de criação de emprego, que foi, no entanto, contida face à deterioração das confianças setoriais, num contexto de maiores dificuldades de recrutamento. O desempenho do emprego está associado ao maior dinamismo relativo da atividade nos serviços.

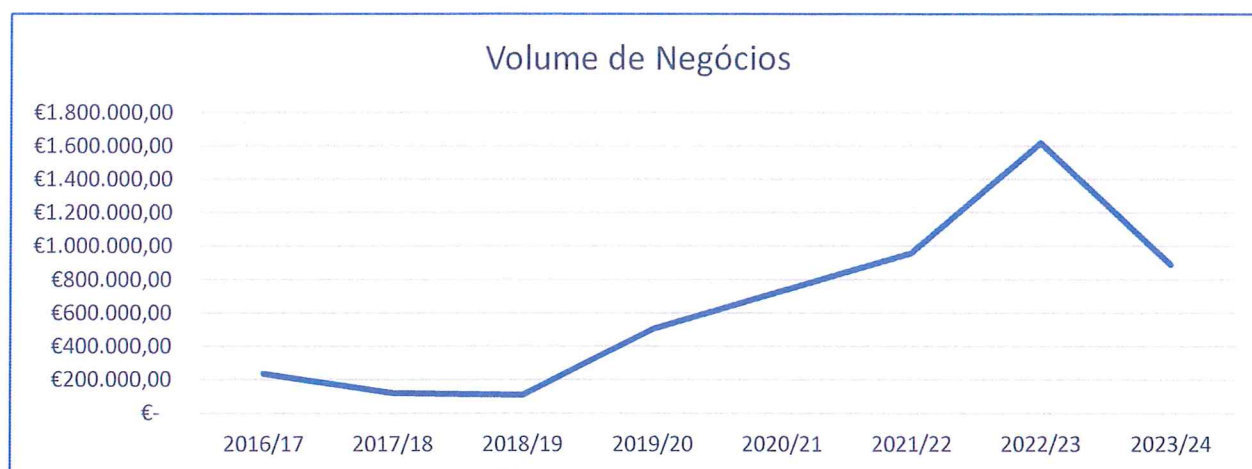
A economia portuguesa estagnou nos trimestres recentes e as perspetivas a curto prazo são incertas, predominando os riscos em baixa. A fraqueza da atividade reflete o impacto da subida das taxas de juro e o abrandamento da procura externa, a par da dissipação do impulso associado à retoma pós-pandémica do turismo e à recuperação do choque sobre os termos de troca. As perspetivas são condicionadas pela incerteza dos novos focos de tensões geopolíticas e da situação política nacional. No entanto, subsistem fatores de resiliência no mercado de trabalho, no estímulo dos fundos europeus e na competitividade de alguns sectores-chave. A redução da inflação contribui, juntamente com a dinâmica do emprego e salários, para suportar o rendimento real das famílias.

Desde 2022, a atividade económica em Portugal e na área do euro tem sido caracterizada por uma recuperação gradual após a reabertura da economia com o fim da pandemia. No entanto, a recuperação tem sido marcada por uma maior robustez nos serviços do que na indústria. Esta dualidade também é verificada na área do euro, ainda que com menor magnitude.

(Fonte: Relatórios BCE e BP)

3.2 – Análise da atividade

No exercício de 2023/24 a Sociedade Desportiva apresenta um volume de negócios de 890.970,18€, o que representa uma redução de 45,01% face ao anterior exercício. A evolução dos rendimentos é apresentada nos gráficos seguintes.



AVS FUTEBOL, SAD

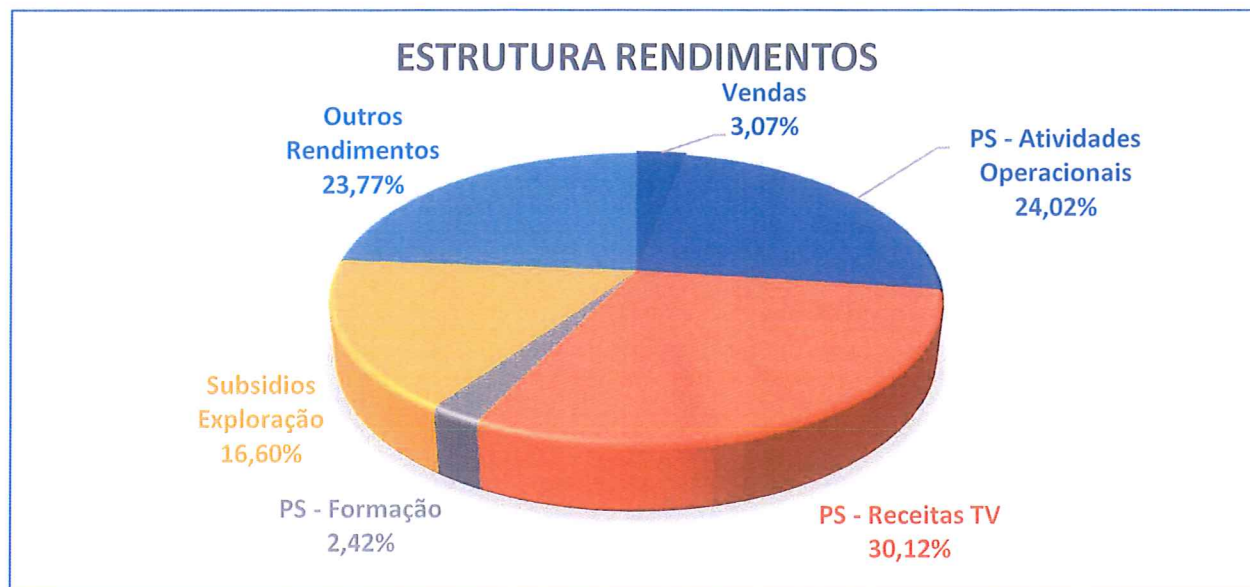
Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265

4795-080 Vila das Aves

NIPC 510 779 301

comunicacao@avsfulsad.pt

AVS Futebol, SAD



3.3 - Resultado das Operações

(valores expressos em euros)

Resultado das operações	2023/24			2022/23			2021/22
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Volume de negócios	890.970,18	(729.244,77)	(45,01)%	1.620.214,95	659.162,14	68,59%	961.052,81
Outros rendimentos e gastos operacionais	(3.870.606,81)	(506.087,36)	15,04%	(3.364.519,45)	(388.749,27)	13,06%	(2.975.770,18)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	(2.979.636,63)	(1.235.332,13)	70,82%	(1.744.304,50)	270.412,87	(13,42)%	(2.014.717,37)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(38.847,52)	(20.585,51)	112,72%	(18.262,01)	(396,63)	2,22%	(17.865,38)
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	(3.018.484,15)	(1.255.917,64)	71,26%	(1.762.566,51)	270.016,24	(13,28)%	(2.032.582,75)
Resultados financeiros	(4.345,64)	4.654,18	(51,71)%	(8.999,82)	(742,90)	9,00%	(8.256,92)
Resultado antes de imposto (RAI)	(3.022.829,79)	(1.251.263,46)	70,63%	(1.771.566,33)	269.273,34	(13,19)%	(2.040.839,67)
Imposto sobre rendimento do período	(18.472,40)	(7.474,93)	67,97%	(10.997,47)	(421,79)	3,99%	(10.575,68)
Resultado líquido do período	(3.041.302,19)	(1.258.738,39)	70,61%	(1.782.563,80)	268.851,55	(13,11)%	(2.051.415,35)

Ao nível do rendimento obtido existe uma diminuição da performance da SAD, justificada principalmente na ausência de venda de direitos de atletas, de acordo com os objetivos desportivos da SAD, que pretende melhorar os seus resultados com uma forte aposta e investimento nos recursos humanos da sociedade e nas suas competências.

AVS FUTEBOL, SAD

Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265

4795-080 Vila das Aves

NIPC 510 779 301

comunicação@avsfsad.pt

4. PERSPECTIVAS FUTURAS

4.1 - Cenário macroeconómico

O crescimento anual da economia mundial deverá manter-se próximo de 3% em 2023-26, com diferenças por região. O crescimento mundial é impulsionado pelas economias de mercado emergentes. Na área do euro, observou-se uma estagnação da atividade desde o final de 2022, que se deverá manter no último trimestre de 2023, mas projeta-se uma retoma do crescimento trimestral no início de 2024. Esta aceleração da atividade deverá refletir o maior dinamismo das exportações e, na segunda metade do ano, a recuperação do investimento. As projeções do Euro sistema apontam para que o crescimento anual da área do euro aumente de 0,6% em 2023 para 0,8% em 2024 e 1,5% em 2025-26.

Após uma evolução fraca em 2023, o comércio mundial de bens e serviços deverá acelerar para um ritmo próximo do observado no período 2015-19. Esta evolução deverá refletir a dissipação de fatores conjunturais que confluíram para o baixo crescimento em 2023, como o abrandamento mais pronunciado das economias mais intensamente envolvidas no comércio da Europa e da Ásia, a rotação da procura global de bens para serviços e a desaceleração das transações de bens intermédios, associada à fraqueza do setor industrial.

Os sinais de maior dinamismo de um indicador avançado do comércio mundial de bens baseado na atividade comercial marítima corroboram a expectativa de aceleração, mas o indicador PMI relativo a novas encomendas de exportação na indústria continua a apontar para uma fraqueza destes fluxos, em particular na área do euro. A procura externa dirigida à economia portuguesa apresenta um perfil similar ao do comércio mundial: depois de uma queda ligeira em 2023, deverá acelerar para 2,0% em 2024 e cerca de 3% em 2025-26.

Em 2024, espera-se que a orientação da política orçamental seja mais restritiva em vários mercados avançados e emergentes e economias em desenvolvimento para reconstruir a margem de manobra orçamental e conter a trajetória ascendente da dívida, e espera-se que esta mudança desacelere o crescimento no curto prazo.

O crescimento do comércio mundial está projetado em 3,3% em 2024 e 3,6% em 2025, abaixo do seu valor histórico. taxa média de crescimento de 4,9 por cento. As crescentes distorções comerciais e a fragmentação geoeconómica são deverá continuar a pesar sobre o nível do comércio mundial. Os países impuseram cerca de 3.200 novas restrições ao comércio em 2022 e cerca de 3.000 em 2023, contra cerca de 1.100 em 2019, de acordo com Dados de alerta comercial global.

AVS Futebol, SAD

Espera-se uma diminuição do preço do petróleo, associada a expectativas de um aumento da oferta dos EUA e de um abrandamento da procura. O elevado armazenamento de gás na Europa continua a oferecer segurança face ao risco de disrupções no fornecimento. Os preços das matérias-primas não energéticas deverão reduzir-se em 15,2% em 2023 e 2,6% em 2024, registando aumentos contidos no restante horizonte.

As projeções do Eurosistema apontam para uma redução gradual da inflação na área do euro, de 5,4% em 2023 para 2,7% em 2024, 2,1% em 2025 e 1,9% em 2026. A inflação excluindo energéticos e alimentares apresenta um perfil similar, diminuindo de 5,0% em 2023 para 2,7% em 2024, 2,3% em 2025 e 2,1% em 2026.

As expectativas implícitas nos contratos de futuro apontam para que as taxas de juro de curto prazo comecem a reduzir-se no próximo trimestre. Em média anual, a taxa EURIBOR a 3 meses sobe para 3,4% em 2023 e deverá atingir 3,6% em 2024, reduzindo-se para 2,8% em 2025 e 2,7% em 2026. A subida das taxas de juro do BCE continuou a transmitir-se às taxas dos novos empréstimos e dos novos depósitos das famílias e empresas em Portugal.

Com a desinflação e o crescimento constante, a probabilidade de uma aterragem brusca diminuiu e os riscos para o crescimento global estão globalmente equilibrados. Do lado positivo, uma desinflação mais rápida poderá levar a uma maior flexibilização das condições financeiras. Uma política orçamental mais flexível do que o necessário poderá implicar um crescimento temporariamente mais elevado, mas com o risco de um ajustamento mais dispendioso mais tarde. Uma dinâmica mais forte de reformas estruturais poderá reforçar a produtividade com repercussões transfronteiriças positivas.

No lado negativo, novos aumentos nos preços das matérias-primas devido a choques geopolíticos, incluindo ataques contínuos no Mar Vermelho, e perturbações na oferta ou uma inflação subjacente mais persistente poderão prolongar condições monetárias restritivas. O aprofundamento dos problemas do sector imobiliário na China ou, noutros locais, uma mudança perturbadora para aumentos de impostos e cortes de despesas também poderá causar desilusões no crescimento.

A economia portuguesa deverá continuar a crescer acima da área do euro, 0,5 pp em média entre 2024 e 2026. Este diferencial é explicado por um maior crescimento da FBCF e das exportações, refletindo as oportunidades e condições favoráveis ao investimento no país e a evolução mais benigna das quotas de mercado. O contributo da produtividade aparente do trabalho para o crescimento deverá ser superior em Portugal, refletindo, entre outros fatores, a tendência de redução do diferencial de escolaridade média da população face à área do euro.

AVS FUTEBOL, SAD

Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265

4795-080 Vila das Aves

NIPC 510 779 301

comunicacao@avsfulsad.pt

AVS Futebol, SAD

Estima-se um excedente orçamental de 0,8% no Orçamento do Estado para 2024, esta diminuição do excedente resulta do abrandamento da atividade económica e de uma política expansionista, destacando-se a natureza permanente das novas medidas adotadas. As despesas em juros aumentam o seu peso no PIB em 0,2 pp em 2023 e 0,1 pp em 2024. Quanto ao rácio da dívida pública, prevê-se que atinja um valor próximo de 100% do PIB no final de 2023, continuando a reduzir-se num cenário de excedentes primários em torno de 2,5% do PIB e de manutenção do diferencia negativo entre a taxa de juro implícita da dívida e o crescimento nominal do PIB.

Após atingir 2,6% no último trimestre de 2023, a inflação deverá apresentar valores temporariamente mais elevados ao longo de 2024, convergindo para 2% em 2025. Os valores mais elevados em 2024 resultam de efeitos temporários sobre os preços dos bens energéticos e alimentares. Nos energéticos, refletem o impacto do aumento esperado do preço da eletricidade no início do ano e os efeitos de base nos combustíveis, dado que não deverá ocorrer em 2024 uma queda tão significativa dos preços como a observada na primeira metade de 2023. Nos alimentares, a taxa de variação dos preços deverá também aumentar em janeiro com o fim do IVA zero.

A inflação subjacente (i.e., excluindo energéticos e alimentares) deverá manter uma tendência descendente ao longo de 2024, refletindo os efeitos desfasados da redução de custos e do aperto da política monetária. Em 2025, a inflação total deverá apresentar valores consistentes com o objetivo de estabilidade de preços do BCE. O perfil para a inflação em Portugal é próximo do projetado pelo Euro sistema para a área do euro.

O crescimento da atividade em Portugal poderá ser inferior caso se materializem os riscos identificados de origem externa, um agravamento das tensões geopolíticas, com impacto sobre os preços das matérias-primas e a confiança, uma recuperação mais lenta do comércio mundial, num quadro de riscos de fragmentação geoeconómica ou de abrandamento da economia chinesa, um impacto superior ao esperado do aperto das condições financeiras, uma maior persistência da inflação, traduzindo-se em taxas de juro elevadas por um período mais prolongado.

Os riscos de origem interna estão associados a um cenário de incerteza na condução da política económica e a eventuais atrasos na execução dos fundos europeus. No caso da inflação, os riscos em alta associados a perturbações nos mercados energéticos são compensados pelos riscos em baixa para o crescimento económico com impacto negativo sobre os preços. O crescimento da economia portuguesa deverá ser baseado no dinamismo do investimento e das exportações. Em contrapartida, o consumo privado e o consumo público deverão continuar a perder peso.

AVS FUTEBOL, SAD

Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265

4795-080 Vila das Aves

NIPC 510 779 301

comunicacao@avsfutsad.pt

AVS Futebol, SAD

O consumo privado deverá crescer de forma moderada, num contexto de ganhos do rendimento disponível real e de aumento da taxa de poupança. O rendimento disponível real das famílias, após um aumento de 0,9% em 2023, deverá acelerar em 2024 para 3,2% e abrandar nos anos seguintes para 1,6%, um crescimento inferior ao do período anterior à pandemia (média de 2,6% em 2015–19).

As medidas do Orçamento do Estado para 2024, em particular a redução dos impostos sobre as famílias e o aumento das prestações sociais, têm também um contributo significativo para o aumento do rendimento disponível em 2024 e 2025. O impacto distributivo das medidas orçamentais e da subida das taxas de juro determina uma resposta contida do consumo agregado ao aumento do rendimento.

O investimento empresarial deverá beneficiar da recuperação da procura global e de necessidades crescentes de investimento para efetivar a transição digital e energética dos processos produtivos, num contexto de desvanecimento. A expectativa de maior crescimento da FBCF empresarial e pública nos próximos anos é sustentada também pelas maiores entradas de fundos europeus. A fraqueza da FBCF em habitação deverá ser mais prolongada. A deterioração da acessibilidade à habitação via crédito reduz a procura e cria expectativas de moderação dos preços de venda, o que penaliza a rentabilidade e o investimento em nova construção.

O crescimento das exportações em 2023–26 deverá ser mais contido do que nos anos anteriores, devido ao menor dinamismo da procura externa a procura externa recupera a um ritmo inferior ao do período pré-pandemia e sustenta taxas de crescimento mais elevadas das exportações de bens. A componente de serviços deverá registar taxas de variação mais moderadas em 2024–26,

A oferta de trabalho deverá continuar a aumentar, sustentada num aumento da imigração e da taxa de atividade que compensam o efeito do envelhecimento da população. Projeta-se uma subida da taxa de desemprego, para um valor médio de 7,2% em 2024–26, que é próximo da estimativa de taxa de desemprego tendencial.

O salário nominal médio da economia deverá aumentar 7,5% em 2023, 4,4% em 2024 e 3,8% em 2025–26, num contexto de redução da inflação. As projeções incorporam o salário mínimo anunciado para 2024 e previsto no acordo de rendimentos para 2025 e 2026 (820, 855 e 900 euros, respetivamente, implicando taxas de variação de 7,9%, 4,3% e 5,3%). A evolução em termos reais das remunerações deverá manter-se alinhada com o crescimento projetado para a produtividade em 2024–26.

(Fonte: IMF, World Economic Outlook, Relatórios BCE e BP)

AVS FUTEBOL, SAD

Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265

4795-080 Vila das Aves

NIPC 510 779 301

comunicacao@avsfsad.pt

AVS Futebol, SAD

4.2 – Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, e de acordo com a estratégia seguida nos anos anteriores, prevê-se o aprofundamento das relações comerciais com os nossos principais parceiros, continuando a evoluir quer em termos de organização, mas, sobretudo, a nível do nosso empenho para cada um dos nossos parceiros de negócio, procurando a sustentabilidade da SAD no médio e longo prazo.

A opção de passar a sede para a Vila das Aves, a alteração do nome para AVS Futebol, SAD e a utilização do estádio do CD Aves permitiu a esta sociedade desportiva encerrar as competições nacionais em melhores condições e junto dos seus adeptos com uma comunidade apaixonada pela sua Vila e pelo futebol.

Na perspetiva desportiva, pretendemos em 2024/2025 dar continuidade à estratégia que vimos seguindo nos últimos anos, mantendo o objetivo fundamental de com uma organização dinâmica e flexível consolidar a permanência na primeira liga, contratado novos jogadores e mantendo os jogadores mais influentes. Além disso, fruto da participação no principal escalão, prevemos um aumento significativo das receitas e uma aproximação das mesmas receitas aos gastos da atividade, coisa impossível de se verificar na segunda liga.

No curto prazo, existe a forte convicção que os resultados finais serão bem mais positivos em relação ao agora apresentado. Existem objetivos desportivos por atingir, mas não só, existem também objetivos de desenvolvimento do funcionamento da atividade da Sociedade, proporcionando a sua afirmação no futebol, evoluindo de forma equilibrada, consciente e sem hipotecar o seu futuro, de forma a conquistar melhores resultados desportivos e consequentemente mais títulos e ser uma referência na comunidade onde se insere.

5. POLÍTICAS DE GESTÃO E RISCO

O Conselho de Administração considera que o AVS Futebol, SAD está sujeita aos riscos normais das sociedades desportivas do mercado em que opera, que são principalmente, o risco desportivo, o risco de licenciamento para as competições, o risco de mercado e o risco de crédito.

- a) O risco desportivo resulta essencialmente dos resultados das competições desportivas. Tal como acontece com as restantes sociedades que disputam a 1ª Liga, esse risco é representado, a título principal, pela descida de divisão.
- b) A respeito do risco de licenciamento para as competições, a participação nas provas profissionais organizadas pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional tem vindo a ser sujeitas a exigências crescentes. A AVS Futebol, SAD tem vindo a preencher esses requisitos todos os anos, e o Conselho de Administração considera que não existe risco relevante de

AVS Futebol, SAD

esse licenciamento não ser conseguido para a próxima época, sem prejuízo do que se afirma neste Relatório a respeito dos outros tipos de risco.

- c) A respeito do risco de mercado, o principal risco que se antecipa, a médio prazo, é a desvalorização das competições desportivas nacionais em favor de competições internacionais exclusivas para um pequeno núcleo de clubes nacionais. O Conselho de Administração está atento ao tema e fará e contribuirá para impedir a desvalorização das competições nacionais.
- d) A respeito do risco de crédito, é sabido que em Portugal o financiamento bancário para o futebol está praticamente impedido. Essencialmente, ao longo dos últimos anos as necessidades de financiamento da Sociedade têm vindo a ser supridas pela acionista maioritária da Sociedade.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta:

- O mau desempenho verificado no exercício;
- Que a SAD operou no período com resultados negativos;
- Que existem expectativas de recuperação do equilíbrio da conta de exploração;

O Conselho de Administração propõe, que o Resultado Líquido do Período, que foi negativo em 3.041.246,20 Euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras, incluídas:

- Balanço em 30 de junho de 2024
- Demonstração dos resultados por naturezas
- Demonstração dos fluxos de caixa
- Anexo as Demonstrações Financeiras
- Relatórios do Revisor Oficial de Contas

são parte integrante do presente relatório e contas.

8. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não se registaram quaisquer negócios entre esta Sociedade e os seus administradores, nem foi emitida qualquer autorização para o efeito, a sociedade não tem ações próprias e não tem sucursais.

AVS FUTEBOL, SAD

Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265

4795-080 Vila das Aves

NIPC 510 779 301

comunicação@avsfutsad.pt

AVS Futebol, SAD

9. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração aproveita para agradecer aos demais órgãos sociais, designadamente à Mesa da Assembleia Geral e ao Fiscal Único.

Vila das Aves, 27 de setembro de 2024

A Administração

The image shows a handwritten signature in black ink, which appears to be 'H. F. Silva', written over a red shield-shaped logo. The logo contains the letters 'AVS' in white, with a stylized soccer ball at the bottom right.

AVS FUTEBOL, SAD

Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265

4795-080 Vila das Aves

NIPC 510 779 301

comunicacao@avsfsad.pt

AVS - FUTEBOL, SAD

Balanço em 30.06.2024



Unidade monetária Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		30/06/2024	30/06/2023
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	3;7;	226.792,68	63.914,44
Activos intangíveis	3;6;	461.921,14	72.473,58
Outros investimentos financeiros	3;21;	1.251,22	1.251,22
		689.965,04	137.639,24
ACTIVO CORRENTE:			
Clientes	21;	134.746,22	102.958,47
Estado e outros entes publicos	3;21;	9.328,25	-
Outros créditos a receber	21;	133.609,53	240.469,58
Diferimentos	19;	-	12.000,00
Caixa e depositos bancários	3;4;	14.632,10	443.569,18
		292.316,10	798.997,23
TOTAL DO ACTIVO		982.281,14	936.636,47
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio:			
Capital subscrito	21;	3.000.000,00	200.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	5,21;	4.126.993,96	4.126.993,96
Resultados transitados	24:	(8.658.216,68)	(6.875.652,88)
		(1.531.222,72)	(2.548.658,92)
Resultado liquido do período	24;	(3.041.302,19)	(1.782.563,80)
Total do capital próprio		(4.572.524,91)	(4.331.222,72)
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	3;8;9;21;	4.908.445,31	4.495.141,06
		4.908.445,31	4.495.141,06
Passivo corrente:			
Fornecedores	21;	268.476,59	300.054,80
Estado e outros entes públicos	3;21;	217.193,59	244.041,54
Outras dividas a pagar	21;	160.690,56	228.621,79
		646.360,74	772.718,13
Total do passivo		5.554.806,05	5.267.859,19
Total do capital próprio e do passivo		982.281,14	936.636,47

O Contabilista Certificado

A Administração



AVS - FUTEBOL, SAD

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 30.06.2024

Unidade monetária Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		07/23 - 06/24	07/22 - 06/23
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	3;17;	890.970,18	1.620.214,95
Subsídios à exploração	18;	248.110,83	207.400,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10;	(32.046,50)	
Fornecimentos e serviços externos	12;	(1.553.931,96)	(1.247.418,49)
Gastos com o pessoal	3;13;	(2.768.819,76)	(2.086.710,80)
Outros rendimentos	14;	355.189,37	18.144,41
Outros gastos	15;	(119.108,79)	(255.934,57)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(2.979.636,63)	(1.744.304,50)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7;	(38.847,52)	(18.262,01)
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(3.018.484,15)	(1.762.566,51)
Juros e rendimentos similares obtidos	3;15;	-	-
Juros e gastos similares suportados	3;9;16;	(4.345,64)	(8.999,82)
Resultado antes de Impostos		(3.022.829,79)	(1.771.566,33)
Imposto sobre o rendimento do período	3;20;	(18.472,40)	(10.997,47)
Resultado líquido do período		(3.041.302,19)	(1.782.563,80)
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe			
Interesses que não controlam			
Resultado por acção básico			

O Contabilista Certificado



A Administração



AVS - FUTEBOL, SAD

Demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 30 Junho 2023

		NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Unidade monetária Euro		
DESCRÇÃO			Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos do capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	1		200.000,00		4.126.993,96				(4.824.237,53)			(2.051.415,35)	(2.548.658,92)		(2.548.658,92)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	21;								(2.051.415,35)			2.051.415,35			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2								(2.051.415,35)			2.051.415,35			
RESULTADO INTEGRAL	3	21;										(1.782.563,80)	(1.782.563,80)		(1.782.563,80)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	4=2+3											268.851,55	(1.782.563,80)		(1.782.563,80)
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO	5	21;	200.000,00		4.126.993,96				(6.875.652,88)			(1.782.563,80)	(4.331.222,72)		(4.331.222,72)
	6=1+2+3+5														

O Contabilista Certificado

A Administração



AVS - FUTEBOL, SAD

Demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 30 Junho 2024

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	6	200.000,00		4.126.993,96				(6.875.652,88)			(1.782.563,80)	(4.331.222,72)	(4.331.222,72)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	21;							(1.782.563,80)			1.782.563,80		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7							(1.782.563,80)			1.782.563,80		
RESULTADO INTEGRAL	8										(3.041.302,19)	(3.041.302,19)	(3.041.302,19)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	9=7+8										(1.258.738,39)	(3.041.302,19)	(3.041.302,19)
Realizações de capital		2.800.000,00										2.800.000,00	2.800.000,00
Realizações de prémios de emissão													
Distribuições													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações	5;												
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO	10	2.800.000,00										2.800.000,00	2.800.000,00
	11=6+7+8+10	3.000.000,00		4.126.993,96				(8.658.216,68)			(3.041.302,19)	(4.572.524,91)	(4.572.524,91)

O Contabilista Certificado

António Lot

A Administração

[Signature]

AVS - FUTEBOL, SAD



Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 30.06.2024

Unidade monetária Euro

RUBRICAS			NOTAS	Períodos	
				07/23 - 06/24	07/22 - 06/23
Fluxos de caixa das actividades operacionais					
Recebimentos de clientes		+		1.387.107,38	1.998.519,46
Pagamentos a fornecedores		-		(1.967.218,60)	(1.380.438,86)
Pagamentos ao pessoal		-		(1.751.450,06)	(1.246.670,68)
Caixa gerada pelas operações		+/-		(2.331.561,28)	(628.590,08)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+		(10.997,47)	(10.575,68)
Outros recebimentos/pagamentos		+/-		(660.814,77)	(1.238.042,45)
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	+/-		(3.003.373,52)	(1.877.208,21)
Fluxos de caixa das actividades de investimento					
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		-		(223.853,78)	(35.791,11)
Activos intangíveis		-		(410.668,39)	(71.143,81)
Investimentos financeiros		-			(6.330,29)
Outros activos		-			
Recebimentos provenientes de:					
Activos fixos tangíveis		+			
Activos intangíveis		+			
Investimentos financeiros		+			7.124,04
Outros activos		+			
Subsídios ao investimento		+			
Juros e rendimentos similares		+			
Dividendos		+			
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	+/-		(634.522,17)	(106.141,17)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos		+		529.395,60	2.581.700,15
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+		2.800.000,00	
Cobertura de prejuízos		+			
Doações		+			
Outras operações de Financiamento		+			
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-		(116.091,35)	(148.789,09)
Juros e gastos similares		-		(4.345,64)	(8.999,82)
Dividendos /Distribuição de resultados		-			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-			
Outras operações de financiamento		-			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)			3.208.958,61	2.423.911,24
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)			(428.937,08)	440.561,86
Efeito das diferenças de câmbio		+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-	4;	443.569,18	3.007,32
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-		14.632,10	443.569,18

O Contabilista Certificado

A Administração



ANEXO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da entidade

Designação da entidade:	AVS - Futebol, SAD
Forma Legal:	Sociedade Anónima Desportiva
Local e data de constituição:	Vila das Aves, constituída em Setembro de 2013
Sede:	Rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265 4795-080 Vila das Aves – Santo Tirso
Natureza da Actividade:	Participação nas competições de futebol, a promoção e organização de espectáculos desportivos e o fomento ou desenvolvimento de actividades relacionadas com a prática desportiva profissionalizada da modalidade de futebol.

Nota: Em abril de 2023 a sociedade alterou o nome de União Desportiva Vilafranquense Futebol, SAD para AVS Futebol, SAD, e a sua sede passou de Vila Franca de Xira para a Vila das Aves.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de normalização contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, com as rectificações da Declaração de Rectificação nº 67-B/2009, de 11 de Setembro, e as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto e por o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. O SNC é regulado pelos seguintes diplomas :

- Portaria nº 218/2015, de 23 de Julho (Código das Contas);
- Portaria nº 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso nº 8254/2015, de 29 de Julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso nº 8255/2015, de 29 de Julho (Norma Contabilística para Microentidades);
- Aviso nº 8256/2015, de 29 de Julho (Normas Contabilísticas e de relato Financeiro-28);
- Aviso nº 8257/2015, de 29 de Julho (Normas Contabilísticas e de relato Financeiro para pequenas entidades);
- Aviso nº 8258/2015, de 29 de Julho (Normas Interpretativas).

2.2. Indicação e Justificação das disposições do SNC que tenham sido derrogadas.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não existem contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais Políticas contabilísticas.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, excepto quando referido em contrário.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data do balanço são classificados, respectivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Ativos e Passivos por Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não sejam objecto de divulgação.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados no momento da sua entrada em funcionamento, sendo registado ao custo de aquisição (valor de factura acrescido das despesas de transporte, montagem e disposição final), com excepção dos bens reavaliados nos termos de diplomas legais ou baseados em parecer de perito especializado.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em função das vidas úteis que resultam das taxas mínimas previstas no DR 25/2009.

A empresa procedeu à revisão da vida útil dos seus ativos, tendo concluído que as vidas definidas se encontram adequadas.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados como gastos do exercício em que são incorridos. As grandes reparações que contribuam para a melhoria efectiva da capacidade produtiva e operacional dos ativos, são capitalizadas no imobilizado e depreciadas pelo número de anos de vida útil remanescente do activo a que se referem.

As mais ou menos valias provenientes da alienação ou abate são determinadas pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do activo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados, na linha de “Outros gastos e perdas operacionais” ou “Outros rendimentos e ganhos operacionais”.

Não foram efetuados testes de imparidade aos ativos fixos tangíveis, uma vez que não foram identificados indicadores de imparidades.

3.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são contabilizados ao custo de aquisição sendo amortizados em função das vidas úteis que resultam das taxas mínimas previstas no DR 25/2009. Não foram efetuados testes de imparidade aos ativos fixos intangíveis, uma vez que não foram identificados indicadores de imparidades.

3.3. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são constituídos por unidades de participação no Fundo de Compensação do Trabalho e estão registados ao justo valor.

3.4. Impostos sobre Rendimentos

O Imposto sobre o Rendimento do período respeita apenas a impostos correntes do exercício. O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

Nos termos da legislação em vigor, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

A administração suportada nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras da empresa.

3.5. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de “Perdas por imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.6. Fornecedores e outros valores a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo, caso existam, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas. Os inventários são reduzidos para o seu valor realizável líquido nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

3.8. Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, ou uma quantia incerta, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afectação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade.

3.9. Locações

As locações de ativos, relativamente aos quais a empresa detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem, são classificadas como locações financeiras. Serão igualmente de classificar como locações financeiras aqueles acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações serão classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação sendo a responsabilidade reconhecida, líquida de encargos financeiros, no passivo. Os ativos adquiridos através de locações financeiras são depreciadas de acordo com as taxas do decreto regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

3.10. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se constitui parte na respectiva relação contratual. Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem e classificam-se como Empréstimos ou Contas a pagar.

Os empréstimos são reconhecidos ao seu custo histórico. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente. As outras contas a pagar, saldos de fornecedores e outros credores, são registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor.

3.11. Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor. No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

3.12. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário e depósitos bancários sem risco significativo de alteração de valor que são mensurados ao custo.

3.13. Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam. Quando atribuíveis à aquisição, construção, ou produção de um activo que se quantifica podem ser capitalizados.

3.14. Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

3.15. Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens ou prestação de serviços, líquido de impostos e descontos. É reconhecido quando o desfecho da transacção pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, é provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a empresa e os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção podem ser fiavelmente mensurados.

3.16. Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento e de acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra reflectido na rubrica “Outras dívidas a pagar”.

3.17. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.

4. Fluxos de Caixa

Da análise do quadro abaixo verificamos a evolução dos montantes de caixa e equivalentes, nomeadamente os valores disponíveis e indisponíveis para uso.

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		30.06.2024			30.06.2023		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	818,06		818,06	532,85		532,85
	Subtotais	818,06		818,06	532,85		532,85
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	13.814,04		13.814,04	443.036,33		443.036,33
	Outros depósitos bancários						
	Subtotais	13.814,04		13.814,04	443.036,33		443.036,33
Totais		14.632,10		14.632,10	443.569,18		443.569,18

Não existem quantias indisponíveis para uso a 30.06.2024.

5. Partes relacionadas

A sociedade recebe com alguma regularidade recursos financeiros da empresa Números Mouriscos, Unipessoal, Lda, número de identificação fiscal 515 741 574, com sede na rua Luís Gonzaga Mendes Carvalho, 265, Vila das Aves, Santo Tirso, que tem como atividade principal as atividades das sociedades gestoras de participações sociais não financeiras.

(valores expressos em euros)

Saldos pendentes com as partes relacionadas		30-06-2024		30-06-2023	
		Prestações Acessórias	Financiamentos Obtidos	Prestações Acessórias	Financiamentos Obtidos
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Números Mouriscos	4.126.993,96	4.908.445,31	4.126.993,96	4.495.141,06
	Subtotais	4.126.993,96	4.908.445,31	4.126.993,96	4.495.141,06
Totais		4.126.993,96	4.908.445,31	4.126.993,96	4.495.141,06

(valores expressos em euros)

Remuneração pessoal chave da gestão	2023/24	2022/23
Henrique Sereno Fonseca	12.538,32	11.571,00
Luis Miguel Socorro Matos Peixoto	36.670,44	33.470,47
Totais	49.208,76	45.041,47

6. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são contabilizados ao custo de aquisição, são amortizados em função das vidas úteis que resultam das taxas máximas previstas no DR 25/2009 e são constituídos por programas de computador e outros ativos intangíveis.

(valores expressos em euros)

Ativos intangíveis		Projetos de desenvolvimento		Programas de computador	Propriedade industrial				Ativos intangíveis em curso	Totais
		Gerados internamente	Outros		Marcas comerciais	Cabeçalhos e títulos de publicações	Licenças e franquias	Copyrights, patentes e outros direitos de propriedade industrial, direitos de serviços e operacionais		
Em 01/07/2022	Quantias brutas escrituradas			2.520,00				76.928,88		79.448,88
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas			(770,15)				(69.236,00)		(70.006,15)
	Quantias líquidas escrituradas			1.749,85				7.692,88		9.442,73
Adições									71.143,81	71.143,81
Alienações, sinistros e abates										
Amortizações				(420,08)				(7.692,88)		(8.112,96)
Em 30/06/2023 (01/07/2023)	Quantias brutas escrituradas			2.520,00				76.928,88	71.143,81	150.592,69
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas			(1.190,23)				(76.928,88)		(78.119,11)
	Quantias líquidas escrituradas			1.329,77					71.143,81	72.473,58
Adições								407.178,38		407.178,38
Transferências								73.143,81	(71.143,81)	2.000,00
Alienações, sinistros e abates										
Amortizações				(420,08)				(19.310,74)		(19.730,82)
Em 30/06/2024	Quantias brutas escrituradas			2.520,00				557.251,07		559.771,07
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas			(1.610,31)				(96.239,62)		(97.849,93)
	Quantias líquidas escrituradas			909,69				461.011,45		461.921,14

7. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados no momento da sua entrada em funcionamento, sendo registado ao custo de aquisição, com excepção dos bens reavaliados nos termos de diplomas legais ou baseados em parecer de perito especializado. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são depreciados em função em função das vidas úteis que resultam das taxas mínimas previstas no DR 25/2009, critério que tem sido mantido nos exercícios anteriores.

7.1. Quantias escrituradas e depreciações

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada no início e no fim do período é a seguinte:

(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
			Terrenos	Edifícios							
Em 01.07.2022	Quantias brutas escrituradas			41.870,00	35.517,34	2.301,00	16.111,18		3.671,05		99.470,57
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(25.309,00)	(17.627,70)	(2.301,00)	(8.277,46)		(3.608,27)		(57.123,43)
	Quantias líquidas escrituradas			16.561,00	17.889,64		7.833,72		62,78		42.347,14
Adições					11.742,53	14.000,00	5.973,82				31.716,35
Alienações, sinistros e abates											
Depreciações				(2.093,50)	(3.166,02)	(3.208,33)	(1.665,53)		(15,67)		(10.149,05)
Em 30.06.2023(01.07.2023)	Quantias brutas escrituradas			41.870,00	47.259,87	16.301,00	22.085,00		3.671,05		131.186,92
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(27.402,50)	(20.793,72)	(5.509,33)	(9.942,99)		(3.623,94)		(67.272,48)
	Quantias líquidas escrituradas			14.467,50	26.466,15	10.791,67	12.142,01		47,11		63.914,44
Adições					174.080,41		7.914,53				181.994,94
Alienações, sinistros e abates											
Depreciações				(2.093,50)	(10.306,80)	(3.500,00)	(3.200,73)		(15,67)		(19.116,70)
Em 30.06.2024	Quantias brutas escrituradas			41.870,00	221.340,28	16.301,00	29.999,53		3.671,05		313.181,86
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(29.496,00)	(31.100,52)	(9.009,33)	(13.143,72)		(3.639,61)		(86.339,16)
	Quantias líquidas escrituradas			12.374,00	190.239,76	7.291,67	16.855,81		31,44		226.792,68

(valores expressos em euros)

Depreciações de ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Acumuladas em 01.07.2022	25.309,00	17.627,70	2.301,00	8.277,46		3.608,27	57.123,43
Reforços	2.093,50	3.166,02	3.208,33	1.665,53		15,67	10.149,05
Transferências							
Alienações							
Acumuladas em 30.06.2023(01.07.2023)	27.402,50	20.793,72	5.509,33	9.942,99		3.623,94	67.272,48
Reforços	2.093,50	10.306,80	3.500,00	3.200,73		15,67	19.116,70
Transferências							
Alienações							
Acumuladas em 30.06.2024	29.496,00	31.100,52	9.009,33	13.143,72		3.639,61	86.339,16

7.2. Divulgações sobre restrições e garantias

Não existem restituições sobre a utilização dos ativos tangíveis da sociedade e não foram dados em garantia quaisquer ativos tangíveis da sociedade.

7.3. Revalorizações

Os ativos tangíveis da empresa não foram revalorizados.

8. Locações

À data de 30 de junho de 2024 não existem bens em locação financeira e assim como não existe qualquer reserva de propriedade sobre os bens da empresa.

9. Custos com empréstimos obtidos

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam. Quando atribuíveis à aquisição, construção, ou produção de um activo que se quantifica podem ser capitalizados.

Em 2023/24 e nos anteriores exercícios, não foram capitalizados valores relativos a empréstimos obtidos para financiar ativos.

10. Imparidade de ativos

No presente exercício a empresa não reconheceu nos resultados perdas por imparidade em dívidas a receber. O reconhecimento das imparidades em dívidas a receber é avaliada no final de cada exercício e é reconhecida apenas quando se verifica existir evidência objetiva da mesma.

11. Inventários

À data de 30 de junho de 2024 a sociedade não apresenta valores nas contas de inventários.

12. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

(valores expressos em euros)		
FSE	2023/24	2022/23
Subcontratos		
Serviços Especializados	669.248,98	601.023,88
Materiais	187.798,11	106.726,10
Energia e Fluidos	108.785,68	58.604,38
Deslocações Estadas e Transportes	378.849,78	264.742,40
Serviços Diversos	209.249,41	216.321,73
Soma	1.553.931,96	1.247.418,49

13. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

(valores expressos em euros)

Gastos com o pessoal	2023/24	2022/23
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações do pessoal	2.123.752,06	1.592.086,76
Encargos sobre Remunerações	218.714,84	164.472,52
Indemnizações	120.248,62	90.420,84
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	195.684,46	113.369,84
Gastos com ação social	98.570,87	73.022,94
Outros gastos com Pessoal	11.848,91	53.337,90
Soma	2.768.819,76	2.086.710,80
Número Médio de Colaboradores	59	56

14. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e de 2023, foram como segue:

(valores expressos em euros)

Outros rendimentos	2023/24	2022/23
Rendimentos suplementares	322.173,48	
Descontos de pronto pagamento obtidos	420,00	
Outros	32.595,89	18.144,41
Soma	355.189,37	18.144,41

15. Outros gastos

Os outros gastos, nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e de 2023, foram como segue:

(valores expressos em euros)

Outros Gastos	2023/24	2022/23
Impostos	978,14	1.176,01
Perdas em investimentos não financeiros		
Outros	118.130,65	254.758,56
Soma	119.108,79	255.934,57

16. Juros e rendimentos / gastos similares

Os juros e rendimentos / gastos similares, nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e de 2023, tinham a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

	2023/24	2022/23
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos de depósitos bancários		
Outros rendimentos similares		
Soma	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		
Juros de financiamento obtidos		
Outros juros	3.460,04	8.359,17
Outros gastos e perdas de financiamento	885,60	640,65
Soma	4.345,64	8.999,82
Saldo	(4.345,64)	(8.999,82)

17. Rédito

Conforme referido atrás, o rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestações de serviços, líquido de impostos e descontos. É reconhecido quando o desfecho da transacção pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, é provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a empresa e os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção podem ser fiavelmente mensurados.

As categorias de réditos da empresa são a prestação de serviços associados à disputa da Liga SABSEG e restantes competições onde participa. A prestação de serviços compreende as atividades operacionais, as receitas de televisão e as receitas da formação.

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período		2023/24			2022/23	
		Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Venda de bens	Mercadorias	12.142,13	1,36%	0,00%		0,00%
	Produtos acabados e Intermedios	33.750,89	3,79%	0,00%		0,00%
	Subtotal	45.893,02	5,15%	0,00%	0,00	0,00%
Prestação de serviços	Atividades Operacionais	358.862,25	40,28%	(69,41%)	1.173.314,68	72,42%
	Receitas de Televisão	450.000,00	50,51%	11,11%	405.000,00	25,00%
	Receitas da Formação	36.214,91	4,06%	(13,57%)	41.900,27	2,59%
	Subtotal	845.077,16	94,85%	(47,84%)	1.620.214,95	100,00%
Total		890.970,18	100,00%	(45,31%)	1.620.214,95	100,00%

18. Subsídios do Governo e apoios do governo

Os subsídios recebidos respeitam a subsídios à Exploração para o desenvolvimento da formação do clube recebidos da Federação Portuguesa de Futebol e são reconhecidos como rendimento do exercício. Foram reconhecidos os seguintes valores relativos a subsídios.

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			2023/24				2022/23			
			Demonstração dos resultados		Balanço		Demonstração dos resultados		Balanço	
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo (Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos) / Como passivos a reembolsar)	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo (Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos) / Como passivos a reembolsar)
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	...								
		Subtotais								
	Subsídios relacionados com resultados	F. P. Futebol - UEFA	216.033,33				207.400,00			
		Outros	32.077,50							
		Subtotais	248.110,83				207.400,00			
Totais			248.110,83				207.400,00			

19. Acontecimentos após a data do balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, não sendo conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 30 de junho de 2024.

20. Impostos sobre rendimentos

Nos termos da legislação em vigor, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

A Administração, suportada nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras da empresa.

Reconciliação entre o imposto corrente e o imposto sobre o rendimento do período:

(valores expressos em euros)

Quantias dos principais componentes de (gasto)/rendimento de impostos		2023/24	2022/23
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores		1	
Imposto sobre o rendimento do período	Imposto corrente	2	18.472,40 10.997,47
	De diferenças temporárias		
	De alterações nas taxas de tributação ou de novos impostos		
	De alterações nas políticas contabilísticas e nos erros não contabilizadas retrospectivamente		
	Da (redução)/reversão de uma diminuição anterior de activos por impostos diferidos		
	Benefícios de perdas fiscais não reconhecidas anteriormente, de créditos por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior		
	Usados para reduzir gastos de impostos correntes		
	Usadas para reduzir gastos de impostos diferidos		
Imposto diferido		3	
Imposto sobre o rendimento do período		4 = 2 + 3	18.472,40 10.997,47
Totais		5 = 1 + 4	18.472,40 10.997,47

21. Instrumentos financeiros

É política da empresa reconhecer um activo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A empresa mensura ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda de imparidade são mensurados ao justo valor.

A empresa não inclui os custos de transação na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

21.1. Clientes

Em 30 de junho de 2024 e de 2023, a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Clientes	30.06.2024	30.06.2023
Clientes Conta Corrente	134.746,22	102.958,47
Clientes Cobrança Duvidosa		
Soma	134.746,22	102.958,47
Perdas por Imparidade		
Total	134.746,22	102.958,47

21.2. Estado e outros entes públicos

Em 30 de junho de 2024 e de 2023, a rubrica "Estado e outros entes públicos", apresentava os seguintes saldos devedores e credores:

(valores expressos em euros)

Estado e outros entes públicos	30.06.2024	30.06.2023
Saldos Devedores		
IVA - Recuperar	9.328,25	
Restantes Impostos		
Soma	9.328,25	0,00
Saldos Credores		
Corrente		
IRC - A Pagar	18.472,40	10.997,47
Retenção imposto s/ rend.	41.102,17	19.746,93
IVA - A Pagar		63.449,49
Contribuição p/ Seg. Social	36.329,38	46.483,24
Contribuição p/ Seg. Social - prestacional	121.289,64	103.364,41
Restantes Impostos		
Soma	217.193,59	244.041,54
Não corrente		
Restantes Impostos		
Saldo	(207.865,34)	(244.041,54)

21.3. Outros créditos a receber

Em 30 de junho de 2024 e de 2023, a rubrica “Outros créditos a receber” tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Outros créditos a receber	30.06.2024	30.06.2023
Não Correntes		
Adiant. a fornecedores de investimentos		
Outros devedores		
Soma	0,00	0,00
Corrente		
Adiant. a fornecedores de investimentos		44.025,00
Devedores por acréscimo de rendimentos	97.522,52	69.445,40
Outros devedores	27.595,07	98.448,55
Saldo devedores de fornecedores CC	8.491,94	28.550,63
Soma	133.609,53	240.469,58
Total	133.609,53	240.469,58

21.4. Diferimentos

Em 30 de junho de 2024 e de 2023 o saldos da rubrica “Diferimentos” apresentavam-se como segue:

(valores expressos em euros)

Diferimentos Activos	30.06.2024	30.06.2023
FSE - Serviços especializados		
FSE - Rendas e alugueres		12.000,00
Outros		
Soma	0,00	12.000,00

21.5. Indicação das quantias de capital social nominal

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de três milhões de euros, divididos em seiscentas mil ações nominativas com o valor nominal de 5 euros cada e encontra-se repartido conforme segue:

Acionista	Nº Ações	% Capital Social	Votos
Números Mouriscos, Unipessoal, Lda	599.996	99,9993%	99,999%
Rodrigo Carvalho Cesar Pereira	1	0,0002%	0,0002%
Pedro Aurelio do Nascimento	1	0,0002%	0,0002%
Mauro Fernado Lourenço	1	0,0002%	0,0002%
Alex Tavella	1	0,0002%	0,0002%
Soma	600.000	100%	100%

A 30 junho de 2024 a Números Mouriscos, Unipessoal, Lda tem registado na SAD como prestações acessórias de capital o valor de 4.126.993,96 Euros.

21.6. Situações de incumprimento de empréstimos obtidos

A sociedade a 30 de junho de 2024 não apresenta qualquer incumprimento em empréstimos obtidos.

21.7. Financiamentos obtidos

Em 30 de junho de 2024 e de 2023 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

(valores expressos em euros)

Financiamentos Obtidos	30.06.2024	30.06.2023
Não Correntes		
Empréstimos Bancários		
Participantes Capital	4.908.445,31	4.495.141,06
Soma	4.908.445,31	4.495.141,06
Correntes		
Empréstimos Bancários		
Participante de Capital		
Soma	0,00	0,00
Total	4.908.445,31	4.495.141,06

21.8. Ativos dados em garantia ou penhor

A 30 de junho de 2024 não existem nem foram concedidas garantias ou quaisquer penhores.

21.9. Fornecedores

Em 30 de junho de 2024 e de 2023 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Fornecedores	30.06.2024	30.06.2023
Fornecedores, Conta Corrente	268.476,59	300.054,80
Fornecedores, títulos a pagar		
Fornecedores, facturas em rec. e conf.		
Soma	268.476,59	300.054,80

21.10. Outras dividas a pagar

Em 30 de junho de 2024 e de 2023 a rubrica "Outras dividas a pagar" tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Outras dividas a pagar	30.06.2024	30.06.2023
Não Correntes		
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		
Soma	0,00	0,00
Corrente		
Pessoal	160.690,56	110.121,79
Fornecedores de investimentos		
Outros Credores		118.500,00
Soma	160.690,56	228.621,79
Total	160.690,56	228.621,79

21.11. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são constituídos por unidades de participação no Fundo de Compensação do Trabalho no valor de 1.251,22€.

22. Processos judiciais em curso a 30 de junho de 2024

Declara-se que a 30 de junho de 2024 não existem quaisquer processos judiciais ou de contraordenação em curso em nome da sociedade.

23. Informações exigidas por diplomas legais

Artº.220 do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade não possuiu quaisquer quotas próprias e nem efectuou até ao momento qualquer negócio desta natureza.

Artº 21º do Decreto-Lei nº.411/91 de 17 de Setembro,

Declara-se que a empresa tem a sua situação regularizada perante a Administração Tributária e Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 30 de junho de 2024, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a junho, cujo pagamento se efectuará em julho de 2024 e a acordos de pagamentos a prestações feitos com a Segurança Social.

Artº 35º do Código das Sociedades Comerciais

A Empresa encontra-se em situação de perda de metade do capital social. É intenção do acionista tomar as medidas consideradas convenientes, de forma a ultrapassar esta situação com a maior brevidade possível.

24. Resultados transitados e reservas

As rubricas resultados transitados e reservas a 30 de junho de 2024 respeitam à aplicação dos resultados dos anteriores exercícios, as quais se irá somar o valor relativo ao resultado líquido do exercício de 2023/2024, conforme segue:

Outras Reservas	0.00 €
Resultados Transitados	<u>-3.041.302,19 €</u>
	-3.041.302,19 €

25. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a aprovação das presentes demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do exercício findo a 30 de junho de 2024 foram autorizadas para emissão pelo órgão de gestão a 27 de setembro de 2024.

Vila das Aves, 27 de setembro de 2024

O Contabilista Certificado



A Administração



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, vimos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e dar parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da **AVS - FUTEBOL, SAD** relativamente ao exercício findo em 30 de junho de 2024.
2. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequadas, a evolução da situação da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e respetiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.
3. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas.
4. No âmbito das minhas funções verificámos que:
 - a) O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e os Fluxos de Caixa e o correspondente anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, das alterações no capital próprio, dos seus resultados e fluxos de caixa.
 - b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos são adequados;
 - c) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;
 - d) A proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
5. A Empresa encontra-se com capital próprio negativo, situação prevista no art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais, o qual obriga à sua regularização nas condições nele estabelecidas, pressupondo a continuidade do apoio financeiro dos acionistas.
6. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:
 - a) Seja aprovado o Relatório de Gestão;
 - b) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
 - c) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

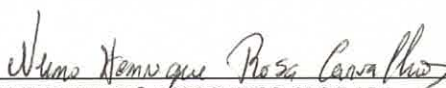


Rosa Carvalho & Associados, SROC, Lda.

Rua A-do-Ferreiro, nº 22 2480-013 Alqueidão da Serra
geral@rcsroc.pt Telef. 244 499 040

7. Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Alqueidão da Serra, 31 de outubro de 2024



ROSA CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, LDA
(SROC n.º 216 e registada na CMVM com o n.º 20161511)
Representada por Nuno Henrique Rosa Carvalho
(ROC n.º 1320 e registado na CMVM com o n.º 20160930)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **AVS - FUTEBOL, SAD** que compreendem o balanço em 30 de junho de 2024 (que evidencia um total de 982.281,14 euros e um total de capital próprio negativo de 4.572.524,91 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.041.302,19 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **AVS – FUTEBOL, SAD** em 30 de junho de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Em 30 de junho de 2024 as demonstrações financeiras da entidade apresentam Capital próprio negativo de 4.572.524,91 euros, sendo por isso aplicável as disposições do art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais, conforme divulgado na nota 23 do anexo.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro,

- dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
 - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
 - concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
 - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
 - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.



Rosa Carvalho & Associados, SROC, Lda.

Rua A-do-Ferreiro, nº 22 2480-013 Alqueidão da Serra
geral@rcsroc.pt Telef. 244 499 040

Alqueidão da Serra, 31 de outubro de 2024

ROSA CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, LDA
(SROC n.º 216 e registada na CMVM com o n.º 20161511)
Representada por Nuno Henrique Rosa Carvalho
(ROC n.º 1320 e registado na CMVM com o n.º 20160930)